



Tiago Fávero de Oliveira é doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; e mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública do CAED - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora - MG. É professor de ensino básico, técnico e tecnológico do IF Sudeste MG, Campus Santos Dumont.

Artífices: O que você destaca sobre o cenário da educação brasileira quando ocorreu a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em 2008?

Tiago Oliveira: O ponto alto do cenário educacional brasileiro que antecede a criação dos Institutos Federais é, para mim, a publicação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/1996). Ainda que esta lei tenha sido publicada 12 anos antes da criação dos IFs, foi ela quem abriu caminhos para a rediscussão de um projeto educacional compatível com uma sociedade de democracia (re)nascente. As disputas travadas em torno do texto final da LDB indicaram grupos divergentes, interesses contraditórios e desafios para a educação como um todo. A partir da LDB, outros documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais foram redigidos. No ano seguinte (1997), as Escolas Técnicas Federais tiveram a oportunidade de se converterem em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) através do Decreto 2.406/1997. Anos depois, o Decreto 5.225/2004 permitiu que as tradicionais escolas técnicas, que se converteram em CEFETs, pudessem oferecer ensino superior, realizando um desejo antigo de parte dos servidores desta Rede que já oferecia cursos tecnológicos de nível superior. O terceiro ponto que destaco passa pela discussão acerca da necessidade de revogação do Decreto 2.208/1997 e a publicação do Decreto 5.154/2004, no que diz respeito à possibilidade de ofertar cursos técnicos integrados ao ensino médio. Ainda que o decreto de 2004 não tenha correspondido a todas as expectativas dos pesquisadores do campo do trabalho e educação, não se pode negar que a revogação do texto de 1997 já constitui, em si, um avanço. Além das alterações na legislação, não se deve esquecer que a crise fiscal e de trabalho que assolou o país durante a implementação de políticas de cunho neoliberal



durante a década de 1990, trouxe à tona a questão educacional, que voltou à pauta das políticas públicas no Brasil. Muitas discussões sobre o atendimento e o acesso, a qualidade educacional e o tipo de escola de formação profissional que garantisse ao grande número de desempregados uma capacitação adequada para disputar uma vaga de trabalho foram assuntos constantes no período. Dessa forma, os anos 1990 e os primeiros anos da década de 2000 difundiram o consenso de que não faltava emprego, mas sim profissionais qualificados para ocuparem vagas (episódio conhecido como apagão de mão de obra). Ainda que tal raciocínio seja uma falácia – uma vez que escola não cria emprego e que este discurso seja plenamente funcional ao sistema que gera a crise – não se pode deixar de considerar que ele foi fundamental para inspirar uma série de políticas educacionais na democracia brasileira que estava (re)nascendo.

Artífices: Quais fatores, em sua visão, colaboraram para a criação dos Institutos Federais (IFs)?

Tiago Oliveira: Há três grandes fatores que convergem para a reformulação da compreensão da educação profissional no Brasil que são fundamentais para a criação dos Institutos Federais. O primeiro deles se relaciona com o trabalho de inúmeros pesquisadores e militantes do campo do trabalho e educação que, através de pesquisas e movimentos, conseguiram criar um clima de debate acerca da compreensão do conceito de educação integrada, integral, omnilateral, escola politécnica/profissional e escola única. Mesmo que muitos passos ainda tenham que ser dados neste sentido, é inegável que o trabalho desses intelectuais trouxe para a pauta de debates uma provocação interessante e necessária para realizar um contraponto com o ideário educacional hegemônico na época. Independente da orientação política, penso que outro grande fator que contribuiu para a nova institucionalidade da Rede Federal com a criação dos Institutos foi a vontade política do governo Lula. A decisão de implementar a política dos IFs realça a compreensão que o então governo tinha quanto ao papel da educação no Brasil, sobretudo a educação profissional e tecnológica no contexto social da época. Além de ver a EPT como uma importante estratégia para dialogar com as demandas do



desenvolvimento econômico e tecnológico do país, é possível perceber também que ela foi entendida como fator de inserção cidadã para milhões de brasileiros. Não se pode esquecer o momento crítico pelo qual o Brasil passava na década de 90 com o fenômeno do “apagão de mão de obra”, já citado na questão anterior. Ainda que o governo Lula não tenha apresentado uma pauta de reformas estruturais na organização política e social brasileira – muito por conta do equilíbrio entre a base social que militou em torno de sua vitória eleitoral e o bloco no poder constituído pelas forças políticas da época – não há como negar que a política de criação dos IFs pode ser entendida como um avanço. O que se viu foi a implementação e o investimento em um projeto educacional arrojado, progressista, que contempla a educação profissional a partir do compromisso de transformação social e de emancipação dos indivíduos. Ao falar em interesses diversos, faz-se mister pontuar que a criação dos IFs foi uma solução pacificadora encontrada pelo governo para lidar com a pressão que muitas instituições da Rede Federal exerciam na direção de se tornarem universidades tecnológicas (tal como aconteceu no Paraná) sem deixar de continuar ofertando cursos técnicos e profissionalizantes de nível médio, que era outra defesa de parte dessas mesmas instituições¹. Na execução e implementação desta política, outro fator é latente: o interesse de prefeitos e políticos locais em receberem, nas suas respectivas cidades, uma unidade de um Instituto Federal. É evidente que tais interesses, em alguns casos, foram aproveitados como instrumento de troca política. Porém, merece destaque o fato de que a política do governo federal tenha sido tão bem aceita e abraçada por prefeitos, deputados e senadores das mais diversas orientações políticas. Este apoio e interesse contribuiu não só para a expansão da Rede como ainda hoje contribui para a sua permanência, uma vez que a existência de um *campus* de Instituto Federal em uma cidade representa um avanço em várias dimensões da vida, podendo ser visto como uma forma do governo federal atuar, diretamente, na vida de pessoas que, durante muito tempo, não tinham acesso ao ensino federal.

¹ Maiores referências sobre isso podem ser encontradas no trabalho de: KUENZER, Acácia Zeneida; MOURA, Dante Henrique. O trabalho como princípio educativo no processo de institucionalização dos Institutos Federais: velhos dilemas e novos desafios. In: PACHECO, Eliezer Moreira; FIORUCCI (Orgs.). *15 anos dos Institutos Federais: história, política e desafios*. (no prelo).



Artífices: Como os pesquisadores/intelectuais reagiram à criação dos IFs?

Tiago Oliveira: Como não há unanimidade em nenhuma ação ou decisão concreta da vida, a reação de pesquisadores e intelectuais à criação dos Institutos Federais foi divergente e até mesmo contraditória. Nesse sentido, divido a reação em três grandes grupos. Identifico o primeiro grupo como o dos indiferentes e/ou receosos: formado por pessoas que ou não acompanharam o processo ou, então, o avaliaram com desconfiança. Muitos que aqui se enquadram esperaram para ver os resultados da política ou então até mesmo duvidaram de sua validade. Foi comum entre estes a fala de que se tratava de mais uma política passageira de um governo que, provavelmente, seria esquecida ou ficaria abandonada com o passar do tempo. O segundo grupo diz respeito àqueles que identifico como otimistas e/ou entusiastas: formado por intelectuais e educadores que acreditaram que, não obstante todos os limites, desafios e contradições da proposta, a nova institucionalidade da Rede recém (re)criada e expandida convergia com o atendimento de demandas históricas da sociedade brasileira. O motivo do otimismo e do entusiasmo aqui está relacionado com a extensão da expansão, com o volume de investimentos (tanto em pessoal quanto em infraestrutura), com o alcance territorial da interiorização da política e com o potencial de estudantes e cidadãos atendidos. Há, neste grupo, uma série de profissionais e professores que vislumbraram nos IFs um avanço institucional que os equiparou às Universidades Federais. Também participam deste grupo profissionais e professores que vislumbraram nessa política uma oportunidade para ascender ao serviço público através dos inúmeros concursos que foram abertos, tanto para docentes quanto para servidores técnicos. O terceiro e último grupo é o dos contrários à política. Aqui, há uma série de intelectuais, políticos e educadores que questionaram de forma direta a forma como a pauta foi discutida na agenda, bem como a estratégia de implementação. Há aqui profissionais das antigas Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, das Escolas Vinculadas às Universidades Federais e dos CEFETs. O movimento de *ifetização* foi, na visão deste grupo, um movimento apressado, de cima para baixo, com pouca participação e consulta popular. Um exemplo disso é a resistência que alguns CEFETs e Universidades



Tecnológicas tiveram com a adesão à política. Importante registrar que alguns pesquisadores de nível superior não concordaram, no primeiro momento, com a comparação que os IFs tiveram com as Universidades, tanto no plano da carreira dos profissionais, quanto no recebimento de investimentos e oferta de ensino superior, entendendo que os Institutos representariam uma concorrência e uma ameaça tanto para as instituições federais quanto para os profissionais do magistério superior. Aqui, também, estão alguns intelectuais que entenderam que a política dos IFs foi fruto de uma interpretação equivocada dos princípios marxianos e gramscianos de educação (omnilateralidade, escola única, entre outros). Para estes, reforçar a oferta de ensino técnico e profissional equivaleria a aprofundar ainda mais a dualidade educacional brasileira, investindo num tipo de ensino que profissionaliza de forma precoce os jovens para que estes assumam trabalhos manuais ou braçais, reforçando ainda mais a divisão de trabalho tão combatida por autores do materialismo histórico e dialético.

Artífices: Quais foram, na sua análise, as críticas mais consistentes em relação à criação dos IFs?

Tiago Oliveira: Dentre as inúmeras críticas dirigidas à política de criação dos Institutos Federais, destaco quatro que para mim, além de consistentes, também são procedentes. A primeira delas, que se fez presente desde o início da implementação da política, diz respeito à falta de critérios claros e transparentes na escolha das regiões e localidades que iriam receber uma unidade ou *campus* de um Instituto Federal. Na maioria das vezes, o fator que mais exerceu influência nessa decisão foi a importância política de um grupo que pediu ao governo federal a abertura de um Instituto ou *campus*. Ainda que pelo menos um IF tenha sido aberto em todos os estados da federação, a distribuição de unidades não é homogênea. Há uma hipótese de que as discussões da política local com a política nacional tenham sido importantes nesse processo. Um exemplo disso é o fato de Minas Gerais ter, além do CEFET-MG, outras cinco unidades de Institutos Federais (IF Minas Gerais, IF Norte de Minas, IF Triângulo Mineiro, IF Sudeste MG, IF Sul de Minas) enquanto outros estados, de igual densidade populacional terem recebido apenas uma



unidade. A segunda crítica que destaco sinaliza para o risco da política dos Institutos se converterem num programa educacional que irá formar mão de obra simples para reproduzir o histórico status quo de exploração de desigualdade. Ampliar o acesso à formação técnica profissional pode ser um fator que gera avanço, forma para o trabalho complexo, desenvolve ciência, tecnologia e inovação, mas também pode ser mais uma política que irá destinar aos filhos da classe trabalhadora uma educação superficial e apressada – que os desvie de uma formação ampla, humana e integral – tendo em vista apressar a entrada destes indivíduos no mundo do trabalho para assumirem empregos de baixa complexidade, alta rotatividade, pouca estabilidade e pequena remuneração. É óbvio que esse ponto é, além de uma crítica, um desafio que a nova institucionalidade da Rede Federal de Formação Tecnológica e Profissional precisa dar conta a fim de criar caminhos para sua superação. A terceira crítica é inspirada no trabalho do Professor Armando Boito Júnior (Unicamp) quando, ao analisar os governos petistas, o entende como um governo que implementou políticas neodesenvolvimentistas. Segundo o pesquisador, a grande característica de uma política neodesenvolvimentista é desenvolver “um programa de política econômica e social que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país” (Boito Jr., 2018, p. 105)². Ainda que esta crítica não seja direcionada especificamente para a política dos Institutos Federais, o seu teor representa uma preocupação que pode ser associada a ela. Muitos acreditam que a criação dos IFs representa mais uma estratégia de conformação social, que propicia o crescimento e o desenvolvimento profissional dos indivíduos servindo sem questionar ou romper com o sistema neoliberal que produz, se alimenta e aprofunda a desigualdade, a dependência, o atraso e a exploração³. A última

² BOITO JR., Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Editora da Unicamp/Unesp, 2018.

³ Para ampliar este entendimento sugiro a leitura de: PORTO JÚNIOR, Manoel José; SAN SEGUNDO, Mário Augusto Correia. Dos limites do neodesenvolvimentismo à ortodoxia neoliberal: o impacto na luta por uma educação integral nos Institutos Federais. In: LIMA FILHO, Domingos Leite; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos; NOVAES, Henrique Tahan (Orgs.) *Educação profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas*. V. 2, Marília/São Paulo: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2023, p. 273 – 298.



crítica que apresento é uma demanda que ainda está presente e precisa ser enfrentada, a saber: a falta de formação da equipe para trabalhar na Rede. A nova institucionalidade dos IFs representa uma nova forma de compreender a educação, que rompe com a estratégia das antigas escolas técnicas, que não se compara com a rede regular de ensino básico e que também não deve copiar o modelo do ensino superior. Esta novidade representa tanto uma possibilidade e uma potência, mas também precisa ser vista como um desafio. A crítica que aqui apresento diz respeito à necessidade de se repensar uma política nacional de formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica no âmbito dos IFs. Nas licenciaturas, tal formação não acontece. Também são poucos os concursos públicos para a docência de ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT) que apresentam em seus respectivos programas, conteúdos, conhecimentos e componentes relacionados à especificidade do trabalho do professor EBTT no contexto dos IFs. Diante disso, o que acontece é que os professores da Rede acabam tendo grande dificuldade na especificidade do exercício da docência nos Institutos e isso dificulta a consolidação da identidade institucional dos IFs. Além de uma crítica, pode-se perceber que este ponto representa um desafio para que os Institutos possam (re)pensar e implementar programas de qualificação e capacitação, tanto para profissionais ingressantes quanto para aqueles que já estão em exercício.

Artífices: Quais são os desafios que persistem aos IFs nas dimensões ensino, pesquisa, extensão e gestão?

Tiago Oliveira: Além do desafio da formação de professores para a educação profissional e tecnológica no âmbito dos Institutos Federais que indiquei na questão anterior, aponto outros quatro desafios que ainda persistem no que tange ao ensino, pesquisa e extensão. O primeiro deles está relacionado com a já citada questão da formação dos professores. Refiro-me, aqui, à construção da identidade da Rede. Entendo que, hoje, há três vertentes que podem ser entendidas como disputas pela compreensão da identidade institucional dos IFs, a saber: o resgate da antiga compreensão de escola técnica, a oferta de ensino médio de excelência e a vontade de seguir o modelo já existente



oferecido pelas Universidades Federais⁴. Esses três fatores compreendem expectativas que servidores e comunidade atendida dirigem para o modelo dos Institutos. Entendo que essas três dimensões, apesar de diferentes, não são excludentes. A originalidade e a inovação trazida pela Rede pode permitir a construção de um novo modelo que consiga, ao mesmo tempo, integrar os três aspectos supracitados. A integração, destacada aqui, compreende o segundo desafio. A proposta de oferecer uma formação integrada, que forme o indivíduo por inteiro é uma missão que devemos perseguir. A Prof. Maria Ciavatta (UFF) traz uma definição muito conhecida acerca do termo que serve como horizonte e utopia para o ensino oferecido pelos IFs⁵. Destaco que a integração precisa levar em conta a oferta de uma educação profissional cuja base teórica se assente a partir de três bases teóricas: a do trabalho enquanto base ontológica, a do trabalho como princípio educativo como base epistemológica e a base *prática*, a partir da qual os estudantes e a comunidade acadêmica serão despertados para a urgência da transformação do atual modelo de sociedade⁶. Aqui, ao falar de integração, além do desafio de integrar formação profissional e ensino médio no âmbito dos cursos do Ensino Médio Integrado, é preciso compreender o conceito para além disso: a integração deve ser perseguida também como possibilidade para os cursos técnicos concomitantes e subsequentes, para os cursos de ProEJA, para os cursos tecnológicos e de nível superior e também para a

⁴ Aprofundo e desenvolvo esta discussão em: OLIVEIRA, Tiago Fávero de. Institutos Federais: entre o excesso de passado e a incerteza do futuro. *Revista Vértices*, v. 25, n. 3, p. 1 -23, 2023. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/20710> . Acesso em 11 de out. 2023.

⁵ “O que é integrar? É tornar íntegro, tornar inteiro, o que? NO caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho, seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos” (CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. *Trabalho Necessário*, ano 3, n. 3, 2005, p. 2. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087> . Acesso em 11 de out. 2023).

⁶ Aprofundo este assunto, junto com o Prof. Gaudêncio Frigotto, no capítulo publicado em: OLIVEIRA, Tiago Fávero de; FRIGOTTO, Gaudêncio. As bases da educação profissional e tecnológica em sua relação com a sociedade brasileira: concepções e práticas em disputa. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *O Ensino Médio no Brasil e sua (im)possibilidade histórica*. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular/LPP, 2023, p. 372 – 404.



pós-graduação. É preciso compreender a integração para além do currículo, buscando integrar ensino, pesquisa, extensão e gestão. Além disso, não se pode deixar de entender que a integração também precisa ser vista de modo ainda mais ampliado: integração de um curso com outro dentro da mesma unidade, integração dos *campi* dentro do mesmo IF, integração entre a Rede de IFs e integração de cada unidade com sua comunidade do entorno. O terceiro desafio é o da verticalização. Além de ser uma possibilidade de formar um estudante do ensino básico até a pós-graduação, a verticalização apresenta uma potência latente, qual seja: a de oferecer, para cursos superiores de licenciatura, por exemplo, o contato direto com estudantes da educação básica e vice-versa. Há também a possibilidade de que os próprios estudantes do ensino médio percebam, mediante o contato com estudantes, projetos e programas do ensino superior a construção de um caminho de vida que contemple a continuação dos estudos na mesma instituição. Por fim, apresento o quarto desafio: a realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão que atendam às demandas sociais da população que participa do território atendido pelo IF. A lei de criação dos IFs (Lei 11.892/2008) indica que dentre as finalidades e objetivos dos Institutos Federais, está o de realizar ensino, pesquisa e extensão de modo atender e dialogar com o contexto social, produtivo e econômico local. Este desafio indica que não há um modelo pronto e acabado para os Institutos. Cada unidade tem sua especificidade e particularidade, cada uma traz potencialidades e desafios que são singulares que precisam ser observados, reconhecidos e enfrentados/desenvolvidos a partir da autonomia que é característica da Rede. No entanto, além de ser um desafio, este último ponto também deve ser entendido como uma potência que a Rede traz para gerar melhoria das condições de vida da população do entorno, gerando emancipação, cidadania (política e econômica) e sustentabilidade (econômica, política, social e ambiental). Entendo que temos muitos outros desafios, como a oferta de uma educação inclusiva, democrática, participativa, emancipadora, de qualidade (ainda que a qualidade seja um conceito controverso e em disputa), entre outros. O fato de não citar estes desafios não indica que eles são problemas menores. Não! Eles não foram indicados aqui porque entendo que eles são desafios da educação como um todo e não apenas dos Institutos Federais.



Artífices: Em sua análise, quais as marcas identitárias que os IFs vêm construindo ao longo destes 15 anos?

Tiago Oliveira: Entendo marca identitária como um aspecto que é específico de determinada instituição e faz com que ela seja aquilo que ela é. Nesse aspecto, não só por conta da especificidade, mas também por conta da visibilidade, identifico que há três marcas identitárias que, não obstante disputas e dilemas, têm sido construídas ao longo destes 15 anos de existência dos Institutos Federais e que o fazem ser reconhecido como tal. A primeira grande marca é a integração. Já falei sobre este ponto na questão anterior, mas destaco, aqui, o fato de que a integração é, não só a marca, mas também a utopia⁷ que deve ser perseguida e reforçada pelos IFs. Ainda que a identidade da Rede passe por disputas, tensões e contradições, é inegável, para mim, que a atribuição de oferecer cursos integrados (para além do ensino médio integrado) é uma característica que diferencia a política, que traz inúmeros desafios e que abre incontáveis possibilidades. A integração é, neste sentido, algo que nunca estará pronta, nunca será realizada e sempre obrigará as instituições a se manterem num constante movimento, numa dinâmica de adaptação, ruptura e avanço na construção da identidade institucional. A segunda marca decorre da primeira: a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio. Ainda que os IFs ofereçam cursos de diversas modalidades e níveis de ensino, minha experiência como docente da Rede indica que são os cursos integrados ao ensino médio que trazem maior visibilidade e vitalidade para a Instituição. Pelo fato de serem cursos oferecidos em turno integral, os estudantes atendidos pelo EMI (Ensino Médio Integrado) têm tempo e espaço na instituição para a participação em projetos de diferentes naturezas: atividades culturais, esportivas, literárias, artísticas, tecnológicas, políticas, de pesquisa, extensão e ensino. Todas essas possibilidades contribuem para a formação omnilateral, para o

⁷ Entendo utopia na mesma direção colocada por Eduardo Galeano em seu livro *Las palabras andantes*: “Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá (...) Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar” (GALEANO, Eduardo. *Las palabras andantes*. Buenos Aires: Catálogos S. R. L., 2001, p. 230. Disponível em: http://resistir.info/livros/galeano_las_palabras_andantes.pdf, Acesso em 13 de out. 2023.



desenvolvimento de um estudante que conheça as leis naturais e sociais, que seja capaz de organizar tanto a vida comunitária quanto a própria vida, que seja capaz de fazer escolhas, que aprenda a trabalhar, a fruir, a descansar, a produzir, a criar, a pesquisar e a viver sua vida de modo autônomo e emancipado. O EMI é, para mim, o coração da política dos IFs. É o lugar em que o Estado pode romper e atenuar com as (im)possibilidades históricas da escola básica, sobretudo do Ensino Médio que é uma etapa educacional que representa um grande desafio para a educação pública brasileira⁸. A terceira grande marca dos Institutos Federais que aponto é a da interiorização. A estrutura descentralizada, interiorizada e dispersa por todas as regiões do país faz com que a política dos IFs seja não só abrangente, mas também reconhecida e acessível para uma população que historicamente foi impedida de acessar a educação pública federal. A diversidade de lugares e prédios onde os *campi* estão instalados (prédios recém construídos, fábricas e oficinas desativadas, fazendas, barcos, entre outros), a estrutura física e a presença em regiões interioranas realça não só a potência dos Institutos mas também a já afirmada possibilidade de atendimento.

Artífices: Nesse processo, quais aspectos distinguem os IFs das demais instituições que compõem a Rede Federal?

Tiago Oliveira: Destaco aqui cinco pontos. Os três primeiros já foram apontados em questões anteriores, a saber: a organização interiorizada e territorial, a integração e a verticalização. Para evitar repetir, vou me dedicar a desenvolver apenas os outros dois, sobre os quais ainda não falei, começando pela infraestrutura. Ainda que em muitos *campi* sejam necessários aportes financeiros para melhorar a estrutura física das unidades, é forçoso reconhecer que, em muitos casos, os Institutos Federais conseguem ter uma estrutura que está muito acima daquela encontrada na maioria das escolas públicas brasileiras. Laboratórios, bibliotecas, anfiteatros, espaços de convivência, oficinas, entre

⁸ Sobre isso, faço menção à recém lançada obra do Prof. Gaudêncio Frigotto (UFF e UERJ): FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *O Ensino Médio no Brasil e sua (im)possibilidade histórica: determinações* culturais, econômicas, políticas e legais. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular/LPP, 2023.



outros. Em muitas cidades pequenas, a estrutura física do *campus* de um IF consegue atender à comunidade externa em pontos que até então não eram vivenciados pelo conjunto dos cidadãos. O outro ponto que destaque diz respeito à qualificação dos professores e profissionais técnicos da Rede. Em sua maioria, os docentes possuem mestrado ou doutorado, com ampla experiência profissional desempenhando seu trabalho em regime de dedicação exclusiva. A qualificação dos profissionais técnicos também é um ponto de destaque. A confluência destes fatores permite aos IFs a realização de um trabalho amplo, completo, com vistas ao desenvolvimento não só da Instituição, mas também dos estudantes, dos próprios profissionais e da comunidade externa como um todo.

Artífices: Em sua perspectiva, quais foram os principais resultados alcançados no ensino, pesquisa, extensão e gestão?

Tiago Oliveira: Há inúmeros resultados que podem ser compartilhados aqui. Para evitar repetição, reforço o que já foi dito acerca da integração, da verticalização e da interiorização. No entanto, gostaria de avançar na resposta a partir de outros pontos. Ainda que a qualidade educacional seja um assunto em disputa e sobre o qual não há consenso⁹, acredito que seja possível auferir que o ensino oferecido pela Rede Federal é reconhecido como um ensino público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado. Um exemplo disso pode ser visto numa reportagem de 2016 do Jornal El País, que indica que, se fossem um país, os Institutos Federais do Brasil teriam alcançado no PISA (Exame Internacional de Avaliação de Estudantes) uma importante posição. No critério geral, os estudantes do EMI alcançaram 517 pontos, posição semelhante à da Coreia do Sul. Especificamente em leitura, o resultado de 528 pontos é semelhante ao Canadá e Hong Kong, e os 488 pontos em matemática colocam os estudantes da Rede Federal brasileira

⁹ Para aprofundar neste debate, indico a leitura de GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da. *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.



na mesma posição dos estudantes de Luxemburgo¹⁰. Além da qualidade que atende à padrões de desempenho em avaliações em larga escala, outras perspectivas e dimensões da qualidade também podem ser observadas nos Institutos Federais: a inserção de egressos no mundo do trabalho, o acesso ao ensino superior, o desenvolvimento de uma cidadania (política e econômica) ativa e o relacionamento com problemas e demandas da comunidade também confirmam esta tese da oferta de ensino de qualidade pelos Institutos Federais. No que diz respeito à pesquisa e extensão, a Rede de Institutos Federais também traz resultados consideráveis: mais de 11 mil projetos de pesquisa aplicada, mais de 7 mil projetos de extensão e 400 depósitos de patente¹¹. No que diz respeito à gestão, destaca-se a diretriz de uma gestão descentralizada, democrática, participativa e transparente, que procura trazer a comunidade para contribuir com as decisões tomadas. Muito mais que uma previsão constitucional ou um clichê usado por muitas instituições, a gestão escolar pautada na democracia é, além de tudo, uma oportunidade para educar os estudantes para a democracia, para a participação política e para a tomada de decisões dentro dos limites que são possíveis frente às diversas contingências que nos são apresentadas.

Artífices: Quais são os principais desafios para a consolidação dos IFs enquanto referência para a Educação Profissional e Tecnológica?

Tiago Oliveira: Novamente cito, de forma rápida e direta, os desafios da integração e da formação de professores que já foram discutidos em perguntas anteriores e que não irei retomá-los aqui. Além destes, aponto outros dois grandes desafios. O primeiro, já tangenciado, é o da necessidade de construir uma identidade institucional que não comprometa a diversidade e a autonomia de cada Instituto e *campus*, mas que também unifique e sintetize toda essa diversidade em torno de um projeto comum que seja capaz

¹⁰ Matéria disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/09/economia/1481304596_960196.html. Acesso em 11 out. 2023.

¹¹ Dados disponíveis em: CONIF. *Diretrizes para a Educação Profissional e Tecnológica do Brasil*. Brasília, 2022. Disponível em: https://portal.conif.org.br/images/Docs/estudos/diretrizes-para-a-educacao-profissional-e-tecnologica-do-brasil_digital.pdf. Acesso em 11 de out. de 2023.



de abarcar a variedade de organizações, demandas e histórias que temos. Este desafio é realmente complexo, uma vez que precisamos considerar a quantidade de *campi* espalhados em regiões com contextos e realidades completamente diferentes. Além disso, a construção de Institutos através da composição de instituições já existentes antes dos IFs serem criados (algumas centenárias) com novos *campi* que foram abertos no período da expansão converge para aumentar ainda mais a complexidade do desafio que nos é colocado. O processo de construção da identidade institucional é longo, exige tempo e autoconhecimento, está sempre em processo e precisa ser uma pauta diária para toda a comunidade. O segundo ponto que destaco aqui é a necessidade de resistir à mercantilização do público. Em minha pesquisa de doutorado, defendida recentemente no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ (PPFH/UERJ)¹², identifiquei que, neste contexto de aprofundamento do ideário neoliberal no cenário brasileiro, o capital avança sobre o trabalho e, sobretudo, sobre as políticas de formação profissional, no intuito de conformar e ajustar os trabalhadores às demandas do novo contexto de acumulação de capital. Neste ínterim, percebi que os IFs têm sofrido ataques e ameaças de naturezas diferentes e plurais, no sentido de formar mão de obra precária, rápida, fragmentada e pouco qualificada. A conclusão da tese sinalizou para a existência de um novo tipo de privatização que nomeei como “Estatal Não Público”: as instituições permanecem pertencentes ao Estado, mas passam a orientar seu funcionamento e suas ações por valores privados, empresariais e não públicos, regidos pelos princípios de mercado (concorrência, individualismo, meritocracia, exclusão, entre outros). Dessa forma, cabe à Rede resistir ao desafio e recusar a tentação de se enveredar por caminhos que trazem o apelo privatista, focando sua atuação em desenvolver aquilo que está posto em sua lei de criação. Ainda que seja cômodo e lucrativo para os IFs ofertarem cursos rápidos de formação inicial e qualificada (FIC) na modalidade de ensino a distância

¹² Para aprofundar a questão, a tese está publicada em: OLIVEIRA, Tiago Fávero de. *Contrarreformas neoliberais e formação para o trabalho nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: entre o público e o privado*. 2023. Tese (Doutorado) – Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/19282>. Acesso em 11 de out. 2023.



(EAD), entendemos que nossa atribuição primeira não é essa. Precisamos concentrar nossos esforços em, como já foi dito, desenvolver ciência, tecnologia e inovação, formando trabalhadores para o exercício de trabalhos complexos, bem remunerados, estáveis e que vão conseguir alavancar o crescimento e o desenvolvimento dos cidadãos e do país.

Artífices: Em sua análise, quais são os principais desafios para a permanência e êxito dos estudantes na Rede Federal de Educação profissional, científica e tecnológica?

Tiago Oliveira: Antes de tratar dos desafios de permanência e êxito, é importante destacar alguns indicadores relacionados à taxa de atendimento da Rede Federal. Documento do CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) indica que 70% dos estudantes atendidos possuem renda familiar de até 1,5 salários mínimos; que mais de 55% dos estudantes se declaram pretos e pardos e que 60% das matrículas são de mulheres¹³. Estes dados sinalizam para duas situações: a primeira indica que a Rede tem atendido à população para a qual ela foi criada, cumprindo seu papel social. No entanto, o perfil do público atendido, sobretudo quanto à renda, permite visualizar o tamanho do desafio, qual seja, garantir condições de permanência e êxito para os estudantes mais pobres. Há uma série de relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério da Educação (MEC) que indicam a complexidade do problema da evasão e do fracasso escolar na Rede Federal. A estratégia para enfrentar o problema é complexa. Num primeiro momento, é importante garantir bolsas de permanência, assistência estudantil e apoio aos discentes a fim de que estes não se evadam por não terem condições de permanecer estudando. Para a juventude pobre, muitas vezes se torna inviável por questões de sobrevivência continuar estudando (ainda mais em turno integral) e não tentar disputar um trabalho precário e pouco remunerado. Outro ponto que precisa ser garantido é um trabalho de acompanhamento pedagógico que

¹³ Dados disponíveis em: CONIF. *Diretrizes para a Educação Profissional e Tecnológica do Brasil*. Brasília, 2022. Disponível em: https://portal.conif.org.br/images/Docs/estudos/diretrizes-para-a-educacao-profissional-e-tecnologica-do-brasil_digital.pdf. Acesso em 11 de out. de 2023.



garanta aos estudantes um bom aproveitamento escolar. Sabe-se que, em muitos casos, o fracasso no rendimento escolar pode ser um dos fatores que leva os estudantes para a decisão do abandono e da evasão. É importante ressaltar que uma educação de qualidade, antes de qualquer coisa, só será alcançada se a qualidade vier acompanhada da inclusão, sendo acessível a todas as pessoas que a procuram. Uma educação excludente nunca alcançará a plenitude da qualidade socialmente desejada. Por conta disso, a execução de projetos de reforço, monitoria e acompanhamento dos estudos será importante aqui. Outra linha de ação diz respeito à criação de vínculos internos dos estudantes com a comunidade escolar na qual eles estão matriculados. Vale registrar que só a matrícula não é capaz de gerar, para muitas pessoas, um vínculo que gere inserção, participação e pertença na vida da escola. Aqui, é importante cuidar das relações interpessoais, da oferta de projetos de esporte, artes, cultura, leitura, estudos complementares e outras atividades variadas no intuito de aproximar as pessoas, garantindo bem-estar e outros motivos para a permanência. Entendo que um estudante que está integrado à comunidade escolar e tem raízes mais profundas com a instituição, além da simples matrícula numa disciplina, terá mais motivos para permanecer. O clima de acolhimento e respeito aos estudantes, valorizando a diversidade e gerando uma convivência pacífica e saudável também precisa ser destacado neste ponto. Por fim, é preciso despertar nos discentes uma visão que o permita perceber que o estudo será capaz de garantir melhores condições de vida, facilitando a inserção profissional ou o ingresso no ensino superior. Ações de visitas técnicas, práticas profissionais, condições de oferta de estágio não obrigatório, divulgação de egressos que estejam trabalhando ou estudando naquilo que desejam e o relacionamento próximo com empresas e outras instituições podem sinalizar para os discentes que continuar estudando é um caminho que tende a conduzi-los para uma vida em melhores condições.

Artífices: Como o Ministério da Educação tem se posicionado acerca do orçamento para o funcionamento das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica?



Tiago Oliveira: Antes de tratar das questões atuais do orçamento, não se pode deixar de registrar o período trágico em que a Rede Federal foi alvo de sucessivos e profundos cortes orçamentários que comprometeram, inclusive, seu funcionamento. Este cenário, a meu ver, não se deu como um erro ou como uma consequência inesperada, mas fez parte de um projeto de inviabilizar a existência da Rede através do mecanismo de asfixiar o financiamento e comprometer seu funcionamento e sua existência¹⁴. Além disso, outros dispositivos legislativos também corroboraram com os ataques, dentre os quais, destaco a PEC 241/55 (transformada na EC 95 e conhecida como PEC da Morte) que prevê que os gastos primários do governo federal, sobretudo com políticas sociais fica limitado a um teto que é definido pelo montante gasto no ano anterior, reajustado apenas pela inflação acumulada medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Na prática, essa medida de austeridade é cruel pois, ao relacionar o gasto social com o índice do IPCA, o que acontece é uma redução destes investimentos, uma vez que o crescimento do índice é insuficiente para contemplar o crescimento das demandas da população. A perversidade desta manobra fica ainda maior quando se considera que os gastos sociais serão regulados por um teto e os gastos fiscais de encargos, juros e amortização da dívida não encontram limites. Para um bom entendedor, a mensagem é evidente: o investimento social não é prioridade. A prioridade é continuar alimentando a especulação da dívida e o rentismo do mercado financeiro. Diante desse cenário de desmonte e precarização do orçamento da Rede, é inegável que a atual equipe do MEC tenha encontrado um desafio ainda maior. Com relação ao custeio (funcionamento), o MEC tem se sensibilizado com a fragilidade orçamentária da Rede Federal, sabendo das dificuldades vividas nos últimos anos. O limite para isso está, principalmente, no aumento da folha de pessoal, que acabou comprimindo o montante de custeio e diminuindo a margem de atuação do Ministério junto a isso. No entanto, alguns avanços já foram observados. A mesa de negociação acerca do financiamento e os debates sobre o assunto

¹⁴ Para aprofundar sobre o assunto, indico o trabalho de GRABOWSKI, Gabriel. *Desmonte da Educação Pública: políticas educacionais, ensino médio, pandemia e EAD*. Porto Alegre: Carta, 2020.



têm mostrado uma disposição em tratar do problema, ainda que a solução não venha na velocidade e na intensidade que as pessoas envolvidas com o problema esperam.

Artífices: Como o Ministério da Educação tem se posicionado sobre a questão dos investimentos na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica?

Tiago Oliveira: Com relação ao capital (investimentos - obras e equipamentos, basicamente), está na agenda que existe a intenção de expansão da Rede. Há aqui um dilema: é preciso estruturar o que já existe antes de ampliar e expandir ou os dois movimentos podem acontecer de forma simultânea? A história nos mostra que a tendência é que novos investimentos sejam destinados para a ampliação da Rede e que a reestruturação possa acontecer, ainda que parcialmente, de forma indireta e condicionada a isso. Neste caso, percebe-se que parte significativa da recomposição negociada com o congresso para os anos de 2023 e também para 2024 foi destinada como investimento, até por conta das metas do PPA (Plano Plurianual de Investimentos). Outro ponto que levanto nesta questão e que tenho consciência que não é um consenso político, diz respeito à necessidade da Rede não depender da liberação de emendas parlamentares como recursos de investimento. Ainda que um montante expressivo das receitas das instituições venham dessas emendas e que a atuação política dos parlamentares junto às comunidades nas quais possuem suas bases eleitorais seja um fato já recorrente, defendo que a Rede de Educação Profissional Científica e Tecnológica – que é uma política de Estado e não de governo – precisa ter garantia e autonomia de receita que garantam não só o seu funcionamento, mas que também permita um planejamento a longo prazo quanto aos investimentos para ampliação da sua estrutura e daquilo que ela oferece.

Artífices: Finalmente, olhando para um futuro próximo, quais são as oportunidades e os desafios a serem enfrentados pelos IFs?

Tiago Oliveira: Nas respostas às questões anteriores, já indiquei uma série de desafios e oportunidades do presente que podem e precisam ser respondidas pelos IFs. No entanto, em tom conclusivo, tentarei olhar para o futuro a partir do contexto presente, indicando



algumas alternativas que ainda não foram desenvolvidas aqui. Início reforçando algo que já falei: a necessidade dos IFs assumirem sua atribuição de formar para o trabalho complexo, desenvolver ciência, tecnologia e inovação que sejam compatíveis com as demandas territoriais do seu entorno, indicando um caminho político, econômico, social e ambientalmente sustentável. Este é um desafio que está previsto em nossa lei de criação e para o qual acredito que temos condições potenciais de resolver. Enfrentar e trabalhar para a realização desta premissa será necessário para romper com a situação de atraso, subdesenvolvimento e dependência que atravessam nossa história social enquanto país. Para isso, reforço o entendimento que precisamos resistir à tentação de encontrar atalhos que possam ser perigosos. Ainda que ceder às pressões neoliberais de empresariamento e privatização da Rede possam parecer um caminho possível e exitoso no curto prazo, não podemos acreditar que problemas e desafios profundos e complexos terão soluções superficiais e simples. Nossa ação precisa ser contra-hegemônica, intencional, planejada, executada coletivamente e avaliada de forma constante e sincera. Enfrentar os limites e erros do passado é condição crucial para que a Rede cumpra aquilo para o qual foi criada. Entendo, também, que a abrangência da organização interiorizada dos IFs, que atuam e dialogam com comunidades, políticos e gestores de diferentes orientações políticas, é um ativo pouco explorado pela Rede. Frente ao trabalho realizado e diante de tudo que é oferecido, é forçoso reconhecer que os IFs conseguem desenvolver um capital político capaz de fortalecer as discussões, apresentar pautas para a agenda das políticas públicas e se apresentar como ator capaz de intervir e contribuir com inúmeros programas e projetos. Aprofundar o capital político da Rede e ampliar o relacionamento com políticos das várias regiões do país e das mais diferentes orientações políticas é um caminho a ser aprofundado, no sentido de criar uma pauta que fortaleça as instituições. Além do que foi exposto, vejo que os Institutos Federais precisam entrar no debate acerca da possibilidade e da oportunidade da oferta de ensino em tempo integral e da expansão da oferta de formação profissional (tal como pactuados pelas metas do PNE – Plano Nacional de Educação). Os IFs precisam se apresentar como alternativa e proposta para todas essas discussões. Nesse mesmo sentido, alguns ajustes precisam ser feitos. Um exemplo disso



é o espaço aberto para que o CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) entre nas discussões e questionamentos acerca da Contrarreforma do Ensino Médio, não só defendendo a necessidade da permanência do modelo do EMI, mas também apresentando-o como uma experiência concreta já em curso no país, que é viável e possível para iluminar as discussões e proposições acerca da realidade crítica do Ensino Médio nacional. Ao falar do CONIF, encerro apontando para a grandeza e a importância deste conselho, tanto para o presente como para o futuro da Rede. Agregar, num órgão colegiado, o coletivo de gestores dos IFs precisa ser visto como uma oportunidade não só para a partilha de experiências e desafios, como também para decidir coletivamente, fortalecendo aquilo que é encaminhado. É através dele que a Rede conseguirá agir como tal, agregando a diversidade na unidade, respeitando a autonomia de cada instituição e se fortalecendo – de forma solidária, cooperativa e não competitiva – para os embates e desafios que estão por vir.